



NEOLIBERALISMO A BRASILEIRA: “QUEM TEM TUDO MENOS COR, ONDE COR IMPORTA DEMAIS¹”

Caroline Rodrigues Silva - caroline_rodrigues@hotmail.com
Fundação Getulio Vargas (FGV)

Louise Rodrigues Silva - louiserodriguessilva@gmail.com
Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Resumo

Esse ensaio teórico buscou refletir sobre o neoliberalismo contemporâneo. A partir da história do Brasil, interseccionada por opressões, as quais foram, sistematicamente, engendradas e convergiram em estruturas racistas, capitalistas e hetetocispatriarcais. A Início com a reflexão de que, mesmo o capitalismo, seguindo uma lógica, é diferenciado pelo processo histórico nos modos de produção e na acumulação primitiva situados no espaço e no tempo (Fraser & Jaeggi, 2020). O fio condutor historiográfico permitiu uma viagem resgate ao passado, não tão distante, até o contemporâneo. Finalmente, foi negritado o modelo neoliberal e a eminente política da morte para a sociedade não produtiva. Por fim, perguntas reflexivas foram expostas afim de provocar novos pensares dos e nos estudos organizacionais, além de propostas de novas abordagens para estudos futuros. O estudo contribui para o campo dos estudos organizacionais ao reconstruir um processo histórico silenciado e ao problematizar perspectivas hegemônicas em administração, as quais são importadas de outros contextos sócio históricos de maneira acrítica e a-histórica, o que contribui para a manutenção da colonização do poder/saber.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Raça. Gênero; Colonização; Descolonização.

Introdução

Esse ensaio teórico buscou refletir sobre o neoliberalismo contemporâneo. Para isso, recorro a música do Ismália do álbum AmarElo do Emicida, cantada por Emicida, Larissa Luz, e declamada por Fernanda Monte Negro. A música nos lembra que existe pele alva [branca], e pele alva [negra], ao passo que a primeira “ tem tudo menos cor, onde cor importa demais ”. O “tudo” nesse contexto é o direito de existir apontando o alvo na sociedade brasileira contemporânea por meio do mecanismo neoliberal, interseccionado com raça e gênero. Nesse sentido, para discutir o neoliberalismo contemporâneo brasileiro, esse trabalho resgata a história do Brasil, marcada por opressões, as quais foram, sistematicamente, engendradas e convergiram em estruturas racistas, capitalistas e hetetocispatriarcais (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2004). Início com a reflexão de que, mesmo o capitalismo, seguindo uma lógica, é diferenciado pelo processo histórico nos modos de produção e na acumulação primitiva situados no espaço e no tempo (Fraser & Jaeggi, 2020).

Para isso, tenho como objetivo **contextualizar o Brasil na história e situar como o sistema capitalista, contemporaneamente operado pelo modelo neoliberal, é palco e ator das estruturas organizativas**. Para isso, inicialmente resgatamos o cenário dispare que possibilitou o surgimento do modelo econômico capitalista como hegemônico no país. Em paralelo, negritamos a diferença dos modelos europeus pré-capitalistas, pois compreendo existir uma dinâmica exploratória imperialista colonial, bem como centralizo a história brasileira, ao desmistificar a

¹ Música do álbum AmarElo – Emicida, Larissa Luz, Fernanda Montenegro

compreensão de que, ao falarmos de neoliberalismo, racismo e heterocispatriarcado, temos modelos hegemônicos e generalizantes nas nações. Nesse contexto, a seguinte pergunta é posta: **Como, a partir da perspectiva histórica, representa contemporaneamente pelo neoliberalismo à brasileira, os modelos interseccionais de opressões foram forjados?**

“O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho” (Marx, 2011, p. 329). Com essa afirmação de Marx, é importante ressaltar que o sistema de acumulação primitiva se organizou em contextos sociais e históricos divergentes. Na linha do tempo de tais construções pré-capitalistas, a Europa se organizava como sociedade entre o sistema feudal, o mercantilismo e as relações de construções díspares de gênero que impactaram e impactam os modos de organizar da economia política (Federici, 2017).

Sincronicamente, o Brasil fora colonizado, pela Europa representada por portugueses, os quais traficaram pessoas retiradas do continente África (Gorender, 1990).

Nesse contexto, o modelo de colonização, por meio da escravidão, entrepassa a história e é intrínseco às histórias de Brasil, África e Europa e foi motor dos moldes econômicos da época e, porque não dizer, da atualidade. O modelo de colonização escravocrata se deu em múltiplos continentes: América, Europa, África, e em modelos civilizatórios anteriores vivenciados por meio de guerras e invasões (Gorender, 1990). É preciso ressaltar que, para o Brasil, a colonização se diferencia, enquanto modelo econômico e de sociedade, pois as pessoas escravizadas foram a base de todo o processo produtivo da constituição do país. Diferentemente, por exemplo, dos EUA, que foi constituído por pessoas escravizadas no sul, bem como estados livres, os quais respondiam a um mesmo poder colonizador (Davis, 2016; Gorender, 1990).

Não pretendemos hierarquizar opressões entre países, mas sim concentrar o enfoque dessa discussão nas especificidades brasileiras para melhor compreender as bases capitalistas nas quais estamos inseridos, enquanto sociedade e, conseqüentemente, enquanto organizações. O Brasil fora colonizado pelos portugueses, em 1500, e “liberto” da escravidão, por força da lei, em 1888- não desconsidero aqui todo o processo de resistência e de libertação da população negra (Gorender, 1990), tratado mais adiante.

Essa base é importante, visto que, em nossa sociedade, temos 388 anos de modelo escravista como modelo de sociedade frente a apenas 133 de formação capitalista. Ante esse contexto, abordamos o conceito de escravismo colonial: sistema anterior ao capitalismo, instituído, no Brasil, orientado pelo cerne da colonização europeia, a partir das pessoas escravizadas, como centro da acumulação primitiva (Gorender, 1990). Equitativamente, incorporamos o instrumento teórico metodológico da intersseccionalidade que versa sobre a indissociabilidade estruturante racista, capitalista e cisheteropatriarcal (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2004) para, assim, situar o Brasil na dinâmica histórica, política e econômica estrutural. Nesse ponto, ressalvamos que, apesar de estar negritando as estruturas, são possíveis modelos contrários aos hegemônicos, contudo, é preciso haver intenção e ação.

Sublinhamos que o lugar de fala diz também sobre quais interesses são sobrepujados, dado que, nessa perspectiva, a ciência não é neutra: é histórica, social e situada (Carrieri & Correia, 2020), portanto, o lugar de fala não diz somente sobre a identidade individual das sujeitas e dos sujeitos, ao situar também a temporalidade, a sociedade e a cultura da qual se fala. Diante dessa organização social, constituída e reproduzida na contemporaneidade, por não sermos seres ahistóricos. Desse modo, este trabalho contribui para o campo dos estudos organizacionais, ao

problematizar perspectivas hegemônicas em Administração importadas de outros contextos sóciohistóricos de maneira acrítica e a-histórica, o que contribui para a manutenção da colonização do poder/saber. Assim, esse ensaio visa contribuir para a descolonização dos estudos sobre trabalho, trazendo a perspectiva de intérpretes do Brasil, usualmente, silenciados na historiografia brasileira e ausentes na academia em administração, como Lélia Gonzalez e Jacob Gorender.

Para tal, este ensaio está dividido nessa introdução, seguida do tópico “Enegrecendo a história omissa”, no qual discuto a perspectiva marxista sobre trabalho com alguns apontamentos iniciais sobre o contexto brasileiro. O segundo tópico, intitulado “Somos capitalistas, acabaram as opressões?”, traz a questão racial e de gênero e suas imbricações no capital e trabalho no período pós-abolição. O terceiro tópico “Neoliberalismo à brasileira” avança na contemporaneidade do modelo neoliberal.a brasileira. No último tópico, “Reflexões para os estudos organizacionais”, aponto considerações e proposições para estudos futuros.

Enegrecendo a história omissa

A literatura *mainstream* produz um silêncio ensurdecedor e perverso sobre o processo de escravidão. A acumulação primitiva europeia fora beneficiada, altamente, pelo tráfico negreiro (Gorender, 1990; Kilomba, 2010). Através da captura e diásporas, as pessoas, antes pertencentes ao continente africano, foram escravizadas e animalizadas para comércio e colonização nas e da América (Davis, 2016; Gonzales, 1984). Tal silêncio, quando tangenciado, é representado por discursos como pirataria, descobrimento, mercantilização e demais adjetivos que nada dizem sobre processos de torturas, expropriação, assassinatos, estupros, desumanização condizentes com a escravidão.

A Europa teve como molde pré-capitalista o sistema feudal (Marx, 2011). Sobre a análise da transição entre o sistema feudal e o capitalismo, na virada de época, encontramos autores preocupados com a discursividade pautada pelo protestantismo entre o profano e sagrado referente à lucratividade para acumulação de capital (Hirschmn, 2002). Em outra vertente, a autora feminista europeia, Silva Federici (2017), aborda os processos da acumulação primitiva e problematiza a divisão sexual do trabalho. O feminismo abordado pela autora evidencia a acumulação primitiva, a partir de uma ordem patriarcal financista, a qual, após múltiplas perseguições, violências e desestabilidades forçadas contra as mulheres, nos séculos XV e XVI, obtiveram como resultado o trabalho remunerado apenas para os homens.

Os corpos das mulheres foram arrastados para a esfera privada, cerceados pelo patriarcado e religiões, as mulheres foram legadas à reprodução e a família passou a ser modelo reprodutor para novos trabalhadores da força capitalista (Federici, 2017; Fraser & Jaeggi, 2020) Em continuidade, Federici (2017) afirma que as mulheres foram exploradas no patamar “similar [d]a escravidão”. Cabe dizer que a história pré-capitalista da Europa foi opressora para as mulheres da época supracitada, uma caça às bruxas violenta, que, no entanto, se difere do contexto brasileiro e do sistema de escravidão, para as mulheres negras e homens negros. Ainda que haja certa similaridade com às questões que atravessem do contrato social e sexual e (Pateman, 1993), possam ser consideradas e estendidas para às mulheres brancas, há diferenças de classe, raça e gênero entre o norte e o sul global.

Para mulheres negras e homens negros, o sistema escravista os colonizou, não como força de trabalho vendida livremente, pressuposto de trabalho livre para o modelo econômico e político capitalista (Marx, 2011). Nesse contexto, a força de trabalho, como mercadoria, fora subvertida por corpos negros representados pela própria mercadoria desumanizada (Gorender, 1990). Somadas as violências pautadas em raça, inclusive erroneamente associada na época por um racismo biológico, às mulheres negras adiciona-se o patriarcado como condição formadora e

diferenciadora de gênero (Gonzales, 1984; Hasenbalg & Gonzales, 1982; Silveira, Nardi, & Spindler, 2014).

Na construção do argumento lógico, Marx caminha para o conceito de mais valor produzido pela força de trabalho excedente pelo tempo de trabalho socialmente necessário (Marx, 2011). O que é socialmente necessário está imbuído em um espaço e tempo das condições sociais vigentes (Marx, 2011). Esses argumentos lógicos, ao serem realocados na história, tornam possível afirmar que o Brasil não possuía um sistema de trabalho com homens livres, até o fim do processo de escravidão, pois, apesar de existirem homens brancos livres, esses homens livres produziam e se organizavam pelo modelo econômico e político do escravismo colonial, voltado à produção comercial (Gorender, 1990).

Para Marx, como supracitado, não importa “o que” se produz, mas “como” é produzido e com que meios de trabalho (Marx, 2011). Se, no eixo Europa, Marx denuncia uma história marcada por traços de “sangue e fogo”, roubo e expropriação dos camponeses, para que esses se tornassem vendedores da sua força de trabalho (Marx, 2011), no Brasil, a denúncia de expropriação, praticada pelos lusos, se deu pelo roubo da humanidade, expropriação de terras dos povos originários, assassinatos, estupro, torturas e constantes ações de guerra (Gonzalez, 2018; Gorender, 1990).

A expropriação roubou, não somente, as terras, como também expropriou as identidades, as crenças religiosas, através da catequização cristã, e marcou, sim, com traços de “sangue e fogo” os povos brasileiros, a somar expropriações feitas por supremacistas racistas, pautadas em falaciosas ciências biológicas que justificavam a inferioridade dos povos negros (Gorender, 1990). A colonização, nessa perspectiva, não foi o que contam nos livros de ensino básico, não foi pacífica, nem mesmo um processo de descoberta. Importante salientar que esse processo de escravidão não foi docilizado entre as pessoas escravizadas e os escravistas. Houveram movimentos de luta, resistência, suicídio e de aquilombamentos, sendo o mais referenciado o de Zumbi dos Palmares, no Recife - atual estado de Alagoas (Gorender, 1990; Hasenbalg & Gonzales, 1982).

Os movimentos de luta não podem, porém, serem postos em limiares de igualdade, quando pensamos as civilizações que aqui conviviam. Aos que buscavam se rebelar com violência contra a escravidão, eram múltiplas as consequências sofridas. Alguns dos argumentos nesse sentido, são baseados em ausência de sentido imediato de unidade como classe. A saber, haviam diferenças étnicas de tribos africanas, as quais foram escravizadas e forçadas a virem para o país. Em continuidade implementaram os sistemas constantes de tortura e vigília das mulheres e homens negros escravizados, já que a morte não era interessante para o “dono” da pessoa escravizada, dada a condição de mercadoria. Contudo, a execução era utilizada de forma “pedagógica” para os demais, quando o “proprietário” explorador se sentia ameaçado (Gorender, 1990). O conjunto das leis eram igualmente parte do processo mediador da civilização. Vale ressaltar que quem as faziam eram os interessados em que o sistema permanecesse como estava, por ser altamente lucrativo a seus interesses (Gorender, 1990).

O modelo econômico e político, produzido no processo comercial escravocrata brasileiro, para além do comércio central de pessoas escravizadas, se deu pelo comércio de matérias primas, como cana de açúcar e café, como também pelo processo de expropriação de minerais, como ouro, bronze e prata. Dessa maneira, no Brasil, soma-se a acumulação primitiva europeia, representada pelos portugueses, os quais tiveram guerras e perdas internas, dentro do continente europeu. Para além das violências e expropriações praticadas, na Europa, para que aqueles trabalhadores se tornassem livres [livres do meio de produção, das mercadorias, das terras] (Marx, 2011), através da expropriação do direito a reprodução para base da produção (Federici, 2017) se deu também pela colonização das Américas (Gorender, 1990).

Com o surgimento do capitalismo na Europa, o modelo de escravismo colonial, enquanto modelo comercial, começou a ser tencionado, não só internamente na colônia, como também pelo eixo norte, uma vez que, como afirmado por Marx (2011), para que o trabalhador possa produzir trabalho excedente, é preciso que o pressuposto de “liberdade” estivesse vigente. E isso não acontecia no modelo escravista colonial.

Ressaltamos que muitas rebeliões foram travadas em território brasileiro, sejam as tidas como radicais, formadas por pessoas escravizadas que promoviam fugas, aquilombamentos e mesmo reagiam as violências sofridas, como também por resistências das pessoas escravizadas com o *status* de “escrava/escravo ganho”, as/s quais trabalhavam, recebiam e repassavam o valor esperado aos proprietários e trabalhavam a mais para comprar a liberdade através da alforria. Houveram ainda as indignações que se davam na tensão da lei por representantes do Governo, os quais, mesmo em minoria, se manifestaram pela abolição (Gorender, 1990), dentre outros múltiplos processos de resistência.

Gorender (1990) afirma que a revolução abolicionista no Brasil pode ser considerada análoga à revolução burguesa na Europa, sendo que, após a sua instituição, pôde-se iniciar o processo capitalista brasileiro, “a partir do nível da acumulação originária de capital realizada nos quadros do escravismo colonial” (Gorender, 1990, p. 161). Para melhor compreendermos o significado desse processo, o cenário de extinção do escravismo como modelo comercial deve ser ressaltado em alguns pontos.

O primeiro é que, quando a Lei Áurea foi assinada, tratou-se de um reconhecimento do fim do comércio baseado no trabalho escravo, contudo, as pessoas escravizadas já se encontravam, em sua grande maioria, libertas, seja por causa das resistências e lutas, ou por comprarem sua liberdade (Gonzalez, 2018; Gorender, 1990). Em segundo, é que, após a assinatura em termos da lei, não desapareceram como um passe de mágica todas as desigualdades construídas, significados simbólicos e lugares socialmente construídos para essas pessoas e seus descendentes (Carrieri & Correia, 2020; Gorender, 1990; Hasenbalg & Gonzales, 1982). Assim, a falta de reparação e as condições excludentes racializadas foram perpetuadas na sociedade, mesmo com a alteração do modelo econômico de sociedade escravista para a sociedade hegemonicamente capitalista (Gonzales, 1984; Gorender, 1990; Teixeira, Oliveira, & Carrieri, 2020).

O capitalismo e a inseparabilidade do racismo, sexismo e colonialidade

A liberdade fora reconhecida por lei, porém, seria ingenuidade pensar que, após esses reconhecimentos por parte dos colonizadores, a transição para o modelo capitalista seria imediata, como também as hierarquias e desigualdades raciais e de gênero seriam esquecidas. Ao contrário, para a manutenção da estrutural social, a transição dos sistemas fora bastante gradual e controlada. Gorender (1990) aponta que a transição do capitalismo começa, no fim do século XIX, para o capitalismo agromercantil, e vai se consolidar, somente, após uma segunda revolução burguesa, iniciada em 1930 e assentada em 1950, por meio da industrial fabril. A mais, a relação com o eixo norte, nesse contexto histórico, nos tornou um país atrasado para adentrar no capitalismo como modelo econômico e político. Porém, voltemos às opressões internas do sistema, agora capitalista, e na afirmação de que é um sistema, o qual, além de lógico, é histórico: Como pensa-lo diante de opressões sistemáticas de um grupo que negaram recursos para outro grupo da sociedade (Collins, 2019)?

Lélia (1979) argumenta que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração da população negra, por meio do capitalismo branco, e mesmo os brancos, sem acesso às riquezas prévias acumuladas ou aos meios de produção, são beneficiados pelo racismo. Tal afirmação

merece ser explicitada, ao pensar o mercado capitalista, em dois pressupostos: racismo e ‘reserva da reserva’, os quais são indissociáveis, porém, merecem pontuações peculiares.

Iniciamos pelo conceito de racismo, enunciado, previamente, como um racismo que se deu pela biologia, segundo o qual cientistas afirmavam diferenças biológicas entre brancos, orientais e negros. Contudo, tal afirmação foi constatada como errônea. (Munanga, 2009; Teixeira, Oliveira, & Carrieri, 2020). O termo raça, atualmente, é então utilizado para demarcar construções sócio-históricas culturais produzidas (Teixeira et al., 2020). Nesse sentido, “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertença” (Almeida; 2019, p.34).

Importante destacar que, no Brasil, somos todos racializados, e, nesse sentido, não existe o negro em contraposição a uma suposta neutralidade de raça. Raça é construto social, o qual se constituiu e se constitui por diversas manutenções discriminatórias articuladas pela branquitude. A branquitude é um lugar de “privilégio racial, econômico e político” e, como tal, perpetua a manutenção de privilégios e hierarquias sociais do branco (M. A. S. Bento, 2002; Cardoso, 2018). Em continuidade, destaco o caráter sócio-histórico, e lembramos Maria Aparecida Bento (2002), quando nomeia os “pactos narcísicos da branquitude” nos quais, consciente ou inconscientemente, os racializados como brancos acionam, com o intuito de manter estruturas econômicas e políticas de poder. Por isso, é imprescindível situar a branquitude ante as opressões racistas.

O Brasil foi pautado pelo escravismo colonial, por três séculos e meio, e as políticas de reparações não foram feitas: ao contrário, deram lugar a outras discriminações, como os movimentos eugenistas, que associavam a “vadiagem” e a “criminalidade” a uma prática vinda da própria constituição biológica do negro (Gorender, 1990; Munanga, 2009). As poucas reparações que existem na atualidade, como políticas afirmativas nas universidades públicas, não são suficientes para aplacar as discriminações históricas (Schucman, 2010) e, por isso, ainda é preciso avançar, consideravelmente, em práticas antirracistas.

Para além da ausência de reparação, temos, no Brasil, o racismo por denegação, o qual ante a prática racista, no nível do inconsciente ou consciente, o indivíduo nega tal ação, ainda que, em atitudes, as pratiquem (Gonzalez, 2018). Essa ausência de discussão sobre o racismo pode ser referenciada no mito da democracia racial, denunciado pelo Unesco (Guimarães, 2006). Tal modelo foi instaurado como modelo de civilização, no qual, discursivamente, “somos todos iguais”, a passo que o casamento interracial, entre outras políticas, como a massiva imigração de europeus no pós-abolição, foi estimulado, na tentativa de embranquecer a população (Guimarães, 2006; Munanga, 2009). Assim, discursos negacionistas camuflam práticas racistas e discriminatórias latentes no cotidiano brasileiro.

Para pensarmos o capitalismo, retomo Marx (2011), quem já denunciava que o modelo econômico do capital avança em sua acumulação de maneira orgânica e possui raiz na matriz de capital previamente acumulado. Como descrito, no Brasil, tivemos como base da acumulação primitiva a colonização, em que pese sermos a nação colonizada e expropriada entre a relação colônia e império (Almeida, 2019). Nesse trecho, adiciono o conceito de exército de reserva, para compreendermos a discussão de raça imbricada no capitalismo brasileiro. O exército industrial de reserva é necessário para ser acionado de acordo com a necessidade do capitalismo, em diferentes épocas e por diferentes motivos (Marx, 2011). Nessa lógica, a condição de exército de reserva dos trabalhadores pode ser utilizada quando o capitalismo precisa expandir e demanda da mão de obra. Bem como a condição de reserva é acionada para atender aos interesses da valorização do capital, ou melhor, da desvalorização do valor pago aos trabalhadores que estão

ativamente a vender sua mercadoria, sendo a mercadoria a força de trabalho do trabalhador (Marx, 2011).

Nesse contexto, retomo o lugar de fala e, em que pese seus méritos, lembro que, quando Marx situava os conceitos, ainda que reconhecesse o processo de escravidão em outros territórios, falava de sua realidade como europeu. No Brasil, Gorender (1990) afirma que o exército de reserva foi constituído e sua manutenção feita pelos capitalistas industriais e agrários. Síncrono ao exército de reserva, se observa a especificidade brasileira, a qual, pelo racismo, significado primariamente com a cor da pele, constituiu a reserva da reserva (Gorender, 1990). Assim, o capitalismo perpetua a manutenção racista e excludente, produzindo trabalhadores com menores salários e diferenciados por uma construção sócio-histórica pautada na raça. Tal especificidade se acomoda, de maneira que a reserva da reserva é lançada continuamente a trabalhar a favor do capital branco (Gonzalez, 2018), por ser a branquitude um lugar de poder sócio-econômico e político (M. A. S. Bento, 2002).

Ressalvo que, ao falar do processo de transição de sociedade escravocrata, é igualmente importante pensarmos gênero. Assim, gênero foi e é um marcador social e histórico produtor de disparidades no Brasil. Nesse contexto, relembro que, para as mulheres brancas, o processo tem heranças europeias, através do processo de violência, nomeado caça às bruxas, e o resultado foi a subordinação às vontades do sistema patriarcal e capitalista (Federici, 2017). No Brasil, o marcador identitário de gênero foi constituído intrinsecamente ao modelo do escravismo colonial.

As mulheres brancas, as quais desembarcaram na América, passaram pelo processo de racialização como construção social, o que permitiu que as mesmas praticassem o racismo com mulheres e homens negros (Davis, 2016; Gonzales, 1984; hooks, 2018). Tais opressões, quando foram ressignificadas na transição do modelo econômico e político reorganizadas no modelo do capitalismo, permitiram a continuidade do racismo praticado pela branquitude (Bento & Silva, 2014; Cardoso, 2018). Durante o processo de escravidão, as mulheres brancas oprimiam e exploravam as mulheres negras escravizadas em suas casas, por exemplo, por meio de castigos físicos, humilhações e as privavam de criarem seus filhos, as tornando amas de leite para alimentar seus filhos brancos (Collins, 2019; Gonzalez, 2018; hooks, 2018).

A sistematização de opressão de racismo entre mulheres é denunciada no Brasil, como também nos EUA (Collins, 2019; Gonzalez, 2018; hooks, 2018). Quando falamos das mulheres negras na América, para além do eixo estadunidense, vale ressaltar opressões racistas e de gênero na América afrolatina (Ocoró Loango, 2015). Por isso, é possível afirmar que, nas Américas, as mulheres negras possuem uma maior clivagem de opressões. Lélia (2018) ressalta a possibilidade de compreensão das opressões, ao assumir o conceito de amefricanas, por entender que as opressões raciais e patriarcais possuem similaridades por toda extensão do continente.

Sem adentrar nas diferenciações de todos os territórios da América, o que foge aos objetivos deste trabalho, retomo à particularidade brasileira. Nesse contexto, ainda na sociedade colonial, a mulher branca estava em condição social de superioridade tanto em relação à mulher negra quanto ao homem negro, dada a condição de mercadoria humana organizada por raça (Gonzales, 1984; Gorender, 1990; Hasenbalg & Gonzales, 1982). Em relação aos homens brancos, as mulheres brancas eram excluídas da esfera pública e não possuíam direitos civis (Pateman, 1993).

Entre os homens negros e mulheres negras, já nas senzalas, o racismo e o sexismo chegaram de maneiras diferentes. Embora muitas nações escravizadas fossem matriarcais, em sua origem ou mesmo em seus processos de resistência, a senzala também assimilou a casa grande. Assim, os homens negros, ainda que vivendo em condições desumanas de extrema violência, e ainda que subordinados aos brancos e brancas, também assimilaram e exerceram o patriarcado para com as mulheres negras (Gonzales, 1984).

Essas cadeias de violência, mais que uma pirâmide de opressões, montaram uma marcada hierarquia social com nítidas reverberações em nossos tempos. O homem branco, colocando-se no topo da hierarquia, sistematizou as opressões e foi o grupo identitário que mais se beneficiou com as opressões racistas, sexistas e imperialistas (Collins, 1998; Gonzalez, 2018; hooks, 2018). Oportuno dizer que esse processo de construção social de organização da hierarquia racial no Brasil não se deu apenas pela inferiorização da população negra e nativa (Bento & Silva, 2014; Munanga, 2009). A branquitude, após a sistematização das opressões, obteve vantagens baseadas na raça, buscando instituir a supremacia da raça branca (Bento, 2002). O resultado são desigualdades experienciadas no passado, reorganizadas no presente e clivadas nos processos de gênero, raça e classe no Brasil.

Dito isso, quando falo de gênero, raça e classe, não pretendemos reforçar padrões dicotômicos, e sim negritar as opressões como intimamente imbricadas, de forma que não se pode fazer uma análise dessas dimensões de maneira isolada umas das outras (Hirata, 2014). O efeito pretendido é ressaltar a construção sócio histórica e cultural que estrutura e opera o capitalismo brasileiro (Almeida, 2019; Gonzalez, 2018; Gorender, 1990), seja em suas variantes neoliberais, sociais democratas, ou em outros modelos múltiplos passíveis de emergir.

Embora esse modelo econômico e político capitalista limite a ascensão social das ditas minorias, alguns rompimentos das barreiras históricas são possíveis, como exceções que confirmam a regra. Exemplos estes, por vezes, apropriados pelo sistema racista, patriarcal e imperialista, que se vale das exceções para poder reforçar discursos eugênicos e racistas, “do brasileiro como preguiçoso” ou “quem quer consegue”(Munanga, 2009), o que provoca um efeito de mito democrático e meritocrático. Diante desse contexto, proponho uma breve reflexão contemporânea, a partir das teorias sociais expostas, para que pensemos o neoliberalismo vigente.

Neoliberalismo à brasileira

A trajetória, até aqui, nos leva a compreender o processo sócio histórico cultural brasileiro que estrutura raça, classe e gênero de maneira interseccional. Retomo aqui a fluidez dos modelos capitalistas, enquanto modelos políticos econômicos na história. Nesse sentido, é possível pensar, a partir da França, um novo espírito do capitalismo, na medida em que entre crises, acomodações e cooptação da crítica, o modelo econômico se desenvolve (Boltanski & Chiapello, 2009). Nesse entrecho, o espírito do capitalismo se organiza, de tal forma que mesmo as pessoas que vendem seu tempo como mercadoria, representadas pelo proletariado, se sentem empelidas a defender o modelo político econômico acumulador de riqueza para o capitalista. Podemos considerar a dinâmica organizativa como a “máquina do desejo” que absorve toda e qualquer ruptura crítica que tange o capitalismo (Deleuze & Guattari, 1995).

No movimento de modelos econômicos, retomemos o liberalismo, em franca expansão na era da revolução industrial. Em que pese que, nesse período, a lógica da não intervenção do Estado fora balanceada pela necessidade de consumo dos trabalhadores. Assim, mesmo que de maneira transitória, fora percebido o bem-estar social (Dardot & Laval, 2014). Avançamos para o momento pós-segunda guerra e a necessidade de (re)construir nações inteiras, abaladas por destruições de cidades, fome e mortes avalisou a social democracia como o próximo modelo vigente da ordem (Boltanski & Chiapello, 2009) do eixo norte ocidental do globo. Ao passo que, nos anos setenta, os discursos de austeridade, do malefício do estado intervencionista e a ideia de pessoas não produtivas eram ervas daninhas para a prosperidade da nação, possibilitou uma guinada, chamada hoje por alguns estudiosos, de neoliberalismo (Dardot & Laval, 2014).

O fracasso do modelo econômico político comunista, mesmo de modelos socialistas, corroboram com o discurso da necessidade de um capitalismo ‘feroz’, no qual a concorrência é motor empresarial, como também incorporada à identidade individual representada pelo *self made*

man (Dardot & Laval, 2014). Essas análises são importantes e explicam, em parte, o movimento e as ditas crises e acomodações do modelo capitalista. Contudo, é importante perguntar sobre o que não é dito e expor que, ao pensarmos esses modelos, estamos falando do eixo norte ocidental como modelo homogêneo internacional. Por isso, destaco como pensar essa crises, apropriações e acomodações no Brasil?

Nessa perspectiva, retomo a provocação do título do texto da repetição da história entre tragédia e farsa e a considero passível de ser cíclica. Com isso, com a permissividade de não só repetida uma segunda vez, e a eminente possibilidade de replica-la, indefinidamente, aumenta as tragédias. É como, se no modelo dos múltiplos espíritos do capitalismo, os discursos se apropriassem e se (re)vestissem, não só quando pensamos modelos financeira e produtivista do capital, representado pelos bens, dinheiro e consumo (Boltanski & Chiapello, 2009). Em continuidade, a ‘astúcia’ vai além, engendra e remodela os eixos império - colônia, trabalho reprodutivo - trabalho produtivo, ‘senhor’ - pessoa escravizada, primeiro mundo e terceiro mundo, país desenvolvido e país subdesenvolvido. Para tal, o espírito do capitalismo se apropria das desigualdades históricas nos múltiplos eixos do mundo.

De maneira não dicotômica, é preciso se atentar à dinâmica fluidez dos discursos que moldam e desmoldam as sociedades. De certa forma, silenciosos, pois, após uma ‘luta’ contra hegemônica aparentemente ganha, a máquina capitalista, racista e cisheteropatriarcal ganha um novo escopo. Nos tópicos anteriores, resgatei modelos de expropriação baseados em raça, em supremacia imperial, em relações de gênero. Retomo, a partir de agora, o Brasil como centro da questão. Para isso, o que é considerado neoliberalismo passo a caracteriza-lo, à brasileira, com o conceito de necropolítica (Mbembe, 2018), ou necroliberalismo.

O necroliberalismo, como política da morte, reforça lugares de morte na sociedade política e econômica (Almeida, 2019; Mbembe, 2018). A novidade da nova roupagem do necroliberalismo é que outros corpos e sociedades passam a experienciar a política da morte com o fazer morrer pelas políticas de estado (Almeida, 2019; Mbembe, 2018). Nesse contexto, a nova razão do mundo, nos coloca um componente expressivo nos jogos de poder pela vida. O liberalismo antes pautado no consumo e no bem estar, desaparece e a branquitude antes posta como um lugar de poder, experiência, em medidas homeopáticas, a política da morte (Almeida, 2019). A perversidade imbuída no espírito do capitalismo reaparece (Boltanski & Chiapello, 2009). Como responsabilizar um sistema em que discursivamente, enquanto sociedade, formos convencidos que ‘foi sempre assim’? Como atacar um sistema perfeito em suas imperfeições?

A tragédia se repete em forma de supremacia. A supremacia forjada como império. Não mais um império explícito entre reis, rainhas, aristocratas, clero, e súditos. Como afirmado, a máquina estruturante muda de forma (Deleuze & Guattari, 1995). Na atualidade, a supremacia pode ser reforçada na figura de líderes populistas, brancos. A título de exemplo, no Brasil, a identidade religiosa, eclesiástica, é repetida como forma de gestão da fé na política. Messias, alguns dizem. E assim, o estado ataca a população, com o modelo de gestão necropolítico, e negam o direito à vida, como também reforçam a morte. Em completude, o necrobiopoder é reconhecido por corpos que o estado faz viver e faz morrer (B. Bento, 2018). Em contraste com o liberalismo, no qual o modelo político econômico fora reconhecido pelo *laissez faire*, na atualidade, o ‘neo’ modelo liberal, age e assim o estado interfere na vida e na morte (B. Bento, 2018; Dardot & Laval, 2014).

A relação desse modelo com o neoliberalismo a brasileira, o necroliberalismo, permite que o estado escolha quem vai morrer e quem vai viver. E nesse arquétipo político social, temos como resultado o ataque a democracia que nos faz cidadãos de mesmo direitos. Contudo, quais são esses mesmos direitos? Se, no Brasil, nunca tivemos um modelo de democracia racial (Almeida, 2019;

Guimarães, 2006). A sistemática excludente de acesso a direitos básicos, garantidos em constituição, como saúde, educação, saneamento básico, moradia, leva à população negra a questões de vulnerabilidade social, e as mais atingidas em epidemias (Almeida, 2019). Situação vívida neste momento. No qual o mundo atravessa uma pandemia populações vulneráveis são sistematicamente mais atingidas (Plotnikof et al., 2020). O que nesse contexto, podemos afirmar ser um projeto, não apenas um acaso desconhecido. Pois, a ausência de direitos democráticos, políticas de austeridade, eliminação do cuidado social são ações do estado.

Vejamos bem, se conseguimos identificar que o modelo político econômico de escravismo colonial deixou profundas marcas de desigualdades no país, reforçada ainda por desigualdades generificadas, com qual peso e medida, o modelo neoliberal reforça as desigualdades? Qual o ponto de partida desse ‘faça você mesmo’, quando temos corpos negros que estão à margem há 520 anos? Como traçar uma sociedade justa, em que os corpos das mulheres são abjetificados em prol da reprodução de corpos saudáveis que sirvam ao capitalismo? Como romper com dinâmica de gênero racista que mantêm as mulheres negras em trabalhos subalternos para que mulheres e homens brancos possam trabalhar no sistema produtivo?

Diante da repetição da história como catástrofe alguns cientista retomam a possibilidade de repensar e romper o capitalismo como modelo econômico. Baseada na democracia e nos comuns, espaços na políticas representados equitativamente pela sociedade (Dardot & Laval, 2017). Bem como, o reforço de lutas comunistas, lutas antirracistas, antixistas, antifascistas, antinacionalistas, *queer*, ativistas, prezem por justiça social e levantam como bandeira o ruptura das estruturas (Davis, 2016). Sendo assim, seria possível democraticamente criar um novo modelo de organizar que não seja ancorado no *continuum* de produção das desigualdades. Por fim, reconhecer as divergências, e estar aberto a críticas, é princípio de todo e qualquer modelo que se assume democrático. Em conjunto, é essencial afirmar a maior questão que transpassa e atravessa a justiça social. É a concordância de que o estado nação não pode perpetuar ativo na morte de populações que a necropolítica intítula marginais.

Reflexões para os Estudos Organizacionais

Esse ensaio teórico buscou refletir sobre neoliberalismo contemporâneo brasileiro. Para tal, resgatamos a história do Brasil a partir da narrativa das autoras e autores postos, marcada por opressões, as quais foram, sistematicamente, engendradas e convergiram em estruturas racistas, capitalistas e hetetocispatriarcais. Como apontado nas sessões anteriores, não se pode discutir capitalismo na sociedade brasileira sem levar em consideração a sua trajetória histórica e social. Desse modo, a importação de modelos e teorias pode ser utilizada, porém precisa ser feita de maneira crítica e levando em consideração as peculiaridades do nosso contexto de formação enquanto sociedade.

Na miríade de pontos reflexivos sobre a historiografia brasileira, ao que tange o capitalismo e a indissociabilidade entre classe, gênero e raça (Gonzalez, 2018; Hirata, 2014; Gorender, 1990). Nesse sentido, quando pensamos o contemporâneo é indissociável problematizar a branquitude como lugar de poder na sociedade brasileira. Ademais, por meio dos pactos narcísicos da branquitude os sistemas racistas estruturantes são articulados e (re)produzidos. Diante de um cenário, nada otimista, o qual indica uma catastrófe social econômica e política, como repensar as organizações situadas no modelo necroliberal, sedentas pelo pote de ouro do fim do arco íris?

Permitir-se questionar o *status quo* pode ser o início da convergência de discursos que se aproximam da justiça social. Nesse fio consutor, ampliamos os indicadores de hierarquia social podemos voltar as lentes analíticas para dentro das organizações. Encontramos, por exemplo, as diferenças salarias baseadas em gênero e raça, proporcionando uma manutenção econômica

excludente. Assim temos, em questões salariais, o homem branco como no alto da pirâmide financeira, ocupando cargos de maior prestígio e remuneração, seguido pela mulher branca, que devido a questões de gênero não consegue alcançar igualdade junto aos homens brancos, sendo destinada a cargos de menor prestígio e menor remuneração, além de áreas voltadas a construções sócio- históricas do cuidado, o homem negro, na questão de raça, legado a cargos mais técnicos e operacionais, menor remunerado, remontando a construções do homem negro como força de trabalho braçal e não intelectual, e na base da pirâmide a mulher negra, interseccionada em opressões de gênero e raça, com as menores remunerações, cargos mais subalternos na hierarquia organizacionais, isso quando não ocupa somente a área da limpeza e da cozinha (Fontoura, Rezende, Mostafa, & Lobato, 2015; Georges & Maia, 2017).

É necessário refletirmos os espaços organizacionais embidos na lógica necrocapitalista tanto como reveladores quanto (re)produtores do racismo e do sexismo, para assim possibilitar mudanças. Como ilustração, proponho algumas reflexões. Quem são as pessoas que trabalham na limpeza das organizações? Quem são as pessoas que estão servindo? Quem está no chão de fábrica e quem está no topo da hierarquia organizacional? Quem são as pessoas que tomam as decisões? Quem consome os produtos ou serviços? Quem são seus pares? Quais são as imagens representadas na mídia? Quem cuida de quem cuida? Quem são os corpos autorizados e forçados a morrer em tempos de pandemia?

Para muitas dessas questões diversas pesquisas nos estudos organizacionais vêm sendo publicadas com riqueza de detalhes. A saber, as mulheres negras reificadas como empregadas domésticas, análoga as mulheres escravizadas e absorvidas pela casa grande (Gonzalez, 2018; Teixeira, Saraiva, & Carrieri, 2015). As organizações da cidade por meio de empreendimento como os shopping centers, espaços que reproduzem a exclusão dos corpos negros, (Teixeira & Barros, 2016). O marketing como reforço de sistemas racistas (Machado Júnior, Bazanini, & Mantovani, 2018). O empreendedorismo das pessoas negras ao se inserir na lógica imperialista do *self made man* e as emergentes dificuldades encontradas para empreender a partir de produtos étnicos (Rezende, Mafra, & Pereira, 2018). As mulheres com a diferença salarial imposta por gênero e mesmo a dificuldade de acesso da dupla clivagem de gênero e raça à altos cargos executivos (Madalozzo, 2011; Souza & Dias, 2018). Dentre outros estudos que denunciam as diferenças reforçadas de acordo com as identidades raciais e de gênero.

Porque é importante pensar organizações que se engajam em propostas antirracistas, feministas e antiexcludente? Muitas podem ser as respostas para essa pergunta. Podemos acionar conceitos acadêmicos, discursos éticos, senso de coletivo, discursos sociais, dentre outros. Propomos então que respostas sejam tencionadas a partir das seguintes perguntas: Ao reconhecermos as diferenças produzidas pelo sistema sócio histórico econômico e político brasileiro, quais serão os próximos passos possíveis a partir das organizações? É possível modificar o modelo hegemônico? Ou, ainda dentro da lógica capitalista, é possível minimizar os efeitos de gênero e raça na exploração do capital? É preciso romper e reinventar os modos organizativos?

Quais compromissos as empresas estarão dispostas a se engajar afim de modificar e possibilitar um Brasil anti excludente? Incluir a partir da gestão da diversidade (Ferreira, Sadoyama, Correia, & Gomes, 2015) têm se mostrado limitado, porque a responsabilidade de superar todas as barreiras sócio histórias recaem sobre o indivíduo e as empresas absorvem apenas o “vencedor”, caindo na falácia da meritocracia. O que como repetido ao longo do trabalho permite o fazer morrer dos corpos não produtivos. Ao constatar a sistematização excludente é proposto pensarmos o poder de agências organizativas, ainda que como modelos de resistência, comprometidas com reparações e justiça sociais.

Nesse contexto, evidenciamos algumas proposições que, por exemplo, passam por parcerias com o poder público para investimento e capacitação da força de trabalho nas periferias; pressão para o poder público investir em educação de qualidade. Apoio a políticas de cotas no setor público e privado, bem como outras políticas de reparações. Sendo essas medidas importantes para movimentar a hierarquia das funções. E dentro das mesmas funções a política e compromisso de salários igualitários entre gênero e raça.

Por fim, propomos estudos futuros sobre trabalho e o necrocapital nos estudos organizacionais, sob múltiplas vertentes, que utilizem: (1) uma abordagem pós-colonial, ou seja, que leve em consideração o passado colonial e escravocrata como fundante da sociedade brasileira e que gera implicações para o contexto atual; (2) uma perspectiva decolonial, uma vez que, apesar de enquanto nação não sermos mais colônia, enquanto produção e reprodução de conhecimento ainda somos uma sociedade (e academia) colonizada, e que para avançar preciso fundar nossas próprias bases de poder/saber; (3) novas metodologias, decoloniais e interseccionais, que reconheçam sujeitos e não meros objetos de pesquisa, que não desumanizem e reforcem desigualdades e hierarquias; e (4) uma abordagem teórico-metodológica e ativista de interseccionalidades, que abranja todas as formas de opressão e que não as hierarquize, além de reconhecer a não neutralidade da ciência e da pesquisa, afim de avançar nas discussões críticas.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. (D. Ribeiro, Ed.), *Feminismo Plurais* (1st ed., Vol. 1). São Paulo: Sueli Carneiro Pólen.
- Almeida, S. (2019). *O que é racismo estrutural*. (S. Carneiro, Ed.) (1st ed.). São Paulo: Editora Pólen.
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder : *Cadernos Pagu*, (53).
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresarias e no poder público*. Universidade de São Paulo.
- Bento, M. A. S., & Silva, T. T. (2014). Racismo institucional. *Forum de Debates: Educação e Saúde*, 100.
- Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: wmf Martins Fontes.
- Cardoso, L. (2018). A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In *Journal of Chemical Inform130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados* (Vol. 1, p. 287). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Carrieri, A. de P., & Correia, G. F. A. (2020). Estudos Organizacionais no Brasil: Construindo acesso ou replicando exclusão? *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 60(1), 59–63.
- Collins, P. H. (1998). It ' s All In the Family : Intersections of Gender , Race and Nation. *Hypatia*, 13(3).
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminismo negro* (1st ed.). São Paulo: Boi Tempo.
- Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In *Cruzamento raça e Gênero* (pp. 7–16).
- Dardot, P., & Laval, C. (2014). *A nova razão do mundo*. Boitempo Editorial.
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI. 1*. São Paulo: Boi Tempo.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. Boi Tempo (1st ed., Vol. 1). São Paulo: Boi Tempo.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia* (1st ed.). São Paulo: Editora 34.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Vol. 1). São Paulo: Elefante.
- Ferreira, J. B., Sadoyama, A. S. P., Correia, A. F. C., & Gomes, P. A. T. de P. (2015). Diversidade e gênero no contexto organizacional: um estudo bibliométrico. *Revista Pensamento Contemporâneo Em Administração*, 9(3), 45.
- Fraser, N., & Jaeggi, R. (2020). *Capitalismo em Debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boi Tempo.
- Fontoura, N., Rezende, M. T., Mostafa, J., & Lobato, A. L. (2015). Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015 Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. S: IPEA- Instituto de Pesquisa economica aplicada.
- Georges, R., & Maia, K. (2017). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. Oxfam Brasil.
- Gonzales, L. (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, 223–243.
- Gonzalez, L. (2018). *Lélia Gonçalves: Primavera para as Rosas Negras* (1st ed.). São Paulo: Filhos da África.
- Gorender, J. (1990). *A Escravidão Reabilitada* (23rd ed.). São Paulo: Editora Ática S.A.
- Guimarães, A. S. A. (2006). Depois da democracia racial. *Tempo Social*, 18(2), 269–287. <https://doi.org/10.1590/s0103-20702006000200014>
- Hasenbalg, C. A., & Gonzales, L. (1982). *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.
- Hirschmn, A. (2002). *As paixões e os interesses: Argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Paz e Terra.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73.
- hooks, b. (2018). *Não serei eu mulher?* (1st ed.). Lisboa: Orfeu Negro. <https://doi.org/444482/18>
- Kilomba, G. (2010). *Plantation Memories. Episodes on Everyday Racism*.
- Machado Júnior, C., Bazanini, R., & Mantovani, D. M. N. (2018). The myth of racial democracy in the labour market: a critical analysis of the participation of afro-descendants in brazilian companies. *Organizações & Sociedade*, 25(87), 632–655.
- Madalozzo, R. (2011). CEOs e Composição do Conselho de Administração: a Falta de Identificação Pode Ser Motivo para Existência de Teto de Vidro para Mulheres no Brasil? CEOs and Board Composition: Can the Lack of Identification Be a Reason for Glass Ceilings in Brazil? *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, 15(1), 126–137.
- Marx, K. (2000). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. (N. J. Garcia, Ed.) (versão ebo). Ridendo Castigat Mores. Retrieved from <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>
- Marx, K. (2011). *O Capital - Crítica da economia política*. (R. Enderle, Ed.) (2nd ed.). São Paulo: Boi Tempo.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte; traduzido por Renata Santine*. (1st ed.). Rio de Janeiro: Artes & Ensaios.
- Munanga, K. (2009). *Negritude - Usos e sentidos*. (M. Araújo, K. Munanga, P. B. G. Silva, R. E. dos Santos, & M. N. S. Fonseca, Eds.) (3rd ed.). São Paulo: Autêntica Editora. Retrieved from http://grupoautentica.com.br/autentica/negritude_-_usos_e_sentidos/530
- Ocoró Loango, A. (2015). African Descents in Argentina: The Emergence of a New Actor in the Country's Political and Educational Agenda. *Revista Colombiana de Educación*, (69), 17– 157.
- Pateman, C. (1993). *O Contrato Sexual*. (M. Avancini, Ed.) (1st ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Plotnikof, M., Bramming, P., Branicki, L., Christensen, L. H., Henley, K., Kivinen, N., ... Amsterdam, N. (2020). Catching a glimpse: Corona-life and its micro-politics in academia. *Gender, Work & Organization*, 0–2. <https://doi.org/10.1111/gwao.12481>
- Rezende, A. F., Mafra, F. L. N., & Pereira, J. J. (2018). Black entrepreneurship and ethnic beauty salons: possibilities for resistance in the social (re)construction of black identity. *Organizações & Sociedade*, 25(87), 589–609.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é Lugar de Fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e Antirracismo: A categoria raça em questão. *Psicología Política*, 10(19), 41–55.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e Antirracismo: A categoria raça em questão. *Psicología Política*, 10(19), 41–55.
- Silveira, R. da S., Nardi, H. C., & Spindler, G. (2014). Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 323–334.
- Teixeira, J. C., & Barros, A. N. de. (2016). Os rolezinhos em shopping centers: reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos dos shoppings como espaços de segregação social e urbana. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 3(2), 101–126.
- Teixeira, J. C., Oliveira, J. S. de, & Carrieri, A. D. P. (2020). Por que falar sobre raça nos estudos organizacionais no brasil? da discussão biológica à dimensão política. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, 15(1), 46–70.
- Wanderley, S., & Barros, A. (2019). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. *Management and Organizational History*, 14(1), 79–97.